



---

O Estado de S. Paulo - 09 Abr 2004

## Decisão agrada meios políticos e investidores

### Proposta para agências reguladoras deverá facilitar votação do projeto de lei

A proposta de manutenção da estabilidade dos dirigentes das agências reguladoras durante quatro anos foi bem recebida no mercado e nos meios políticos. "Com a sugestão anterior, o governo mataria o conceito de independência das reguladoras", disse o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales.

Para os especialistas, é imprescindível garantir a neutralidade das agências para atrair investidores privados em novos projetos no País, especialmente na área de infra-estrutura. "A agência reguladora é uma entidade de defesa da comunidade, que tem de ser independente do Estado e da sociedade. Ela tem de ser neutra para cumprir contratos e manter a estabilidade do ambiente regulatório", completou Sales.

O vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, deputado Júlio Semeghini (PSDB-SP), também considerou um avanço na proposta do governo a estabilidade de quatro anos para os dirigentes das agências. "Acho que melhorou muito", afirmou ele. Semeghini alerta, no entanto, para dois outros pontos da proposta que teriam muita dificuldade de aprovação no Congresso.

O primeiro deles é a idéia de vincular a liberação de verbas orçamentárias ao cumprimento de metas estabelecidas no contrato de gestão. "Não faz nenhum sentido. As agências têm responsabilidades a cumprir", afirmou.

Outra questão polêmica é a transferência, das agências para o ministério, da atribuição de conceder outorgas. "A concessão deve ser dada pela agência", defende. O deputado disse que vai trabalhar para que essa regra, que já vale para o setor de energia, não seja aplicada em outros setores, como o de telecomunicações.

Na avaliação do presidente da Frente Parlamentar das Agências Reguladoras, deputado Ricardo Barros (PP-PR), a estabilidade dos dirigentes dos órgãos reguladores, definida na última versão do projeto de lei que será encaminhado pelo governo ao Congresso, facilita a aprovação da proposta. "É uma decisão adequada", avaliou ele. "Nosso objetivo é dar às agências características de Estado e não de governo", afirmou Barros, defendendo que as reguladoras tenham o "máximo" de independência e autonomia. "Percebo que o governo atual se incomoda muito com isso."

Votação - Com a proposta anunciada no início da semana, que dava poderes ao presidente da República para destituir os dirigentes das agências a qualquer momento, Barros chegou a propor que o governo adiasse o envio do projeto ao Congresso. Isso porque ele acreditava que seria difícil a aprovação do projeto em um ano eleitoral, o que poderia causar instabilidade ao investidor.

Ele disse que deverá conversar na próxima semana com o ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política, Aldo Rebelo, para discutir o envio do projeto. Segundo Barros, se a proposta estiver próxima do pensamento da frente parlamentar, os integrantes estariam dispostos a colaborar para uma análise rápida. "Se for divergente, não vamos ceder ao atropelo do governo", afirmou.

Diferentemente de Ricardo Barros, Semeghini defende o envio imediato do projeto de lei ao Congresso. "O Brasil não pode ficar sem essa definição", afirmou. Segundo ele, causaria mais instabilidade ao investidor se o governo não definisse a proposta. "O importante é discutir logo", reforçou. Ele, entretanto, é contra o regime de urgência constitucional para a tramitação da proposta. "Não dá para votar em 45 dias", afirmou. (G.M. e Renée Pereira)